

Fernando Fortes Said Filho

# **MEDIAÇÃO E PODER JUDICIÁRIO**

Os desafios à efetiva implementação  
e as propostas de melhoria para a  
solução consensual de conflitos no  
âmbito dos Tribunais e fora dele

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2022

Copyright © 2022 by Fernando Fortes Said Filho

Categoria: Acesso à justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

1227677

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

S132m

Said Filho, Fernando Fortes

Mediação e poder judiciário : os desafios à efetiva implementação e as propostas de melhoria para a solução consensual de conflitos no âmbito dos Tribunais e fora dele / Fernando Fortes Said Filho. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

356 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 279-313.

ISBN 978-85-519-1965-1

1. Acesso à justiça. 2. Poder judiciário. 3. Mediação. 4. Administração de conflitos. 5. Processo civil. I. Título.

CDD 347.8105

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 Acesso à Justiça, Poder Judiciário e Mecanismos Adequados de Solução de Conflitos.....</b>	<b>7</b>
1.1 Redefinindo o acesso à justiça .....	8
1.2 Poder Judiciário em crise: a (in)efetividade da prestação jurisdicional .....	15
1.3 Autocomposição e heterocomposição: a construção da solução para os conflitos .....	26
1.4 Os “meios alternativos” no direito brasileiro e sua relação com a jurisdição civil .....	33
1.4.1 Conciliação.....	40
1.4.2 Mediação .....	44
1.4.3 Arbitragem .....	48
<b>2 A Ruptura de um Modelo: a Institucionalização da Mediação Judicial ...</b>	<b>53</b>
2.1 A Resolução nº 125/2010 do CNJ e a implementação da política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos .....	54
2.2 O Código de Processo Civil e a proposta do modelo multiportas ...	62
2.3 Os princípios informadores da mediação.....	71
2.3.1 Autonomia da vontade .....	72
2.3.2 Independência .....	74
2.3.3 Imparcialidade.....	75

2.3.4	Confidencialidade.....	77
2.3.5	Informalidade.....	80
2.3.6	Oralidade.....	81
2.3.7	Isonomia entre as partes .....	82
2.3.8	Decisão informada.....	84
2.3.9	Competência .....	86
2.3.10	Busca do consenso e boa fé .....	88
2.4	Um processo civil reformulado: as implicações da integração da mediação ao processo judicial.....	90
2.5	Compreendendo a figura do mediador judicial: formação, cadastro, remuneração e restrições legais à atuação....	98
<b>3</b>	<b>Em Busca da Justiça Consensual: os Desafios a serem Enfrentados ....</b>	<b>107</b>
3.1	A insuficiência das alterações legislativas: o “mito da onipotência” .....	108
3.2	Uma questão estrutural: a criação e o funcionamento dos CEJUSCs .....	115
3.3	Mudando e aprendendo: por uma necessária formação de pacificação a partir do ensino jurídico .....	122
3.4	O indivíduo como gestor do conflito: superando a cultura da judicialização .....	131
3.5	As implicações da pandemia da Covid-19 para a gestão de conflitos .....	139
<b>4</b>	<b>A Mediação no Estado do Piauí: os (D)efeitos Práticos de sua Aplicação....</b>	<b>151</b>
4.1	O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí: uma análise preliminar .....	152
4.2	Mediação judicial: o NUPEMEC e os CEJUSCs do TJ-PI .....	156

4.3 Autocomposição extrajudicial: a contribuição de outros núcleos, centros e câmaras de mediação e conciliação .....	168
4.3.1 Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON e Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR do Ministério Público .....	168
4.3.2 Núcleo de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania – NUSCC da Defensoria Pública.....	175
4.3.3 Câmara de Mediação e Arbitragem – CMA da OAB/PI.....	181
4.3.4 Câmara Estadual de Mediação e Arbitragem do Piauí – CEMAPI da Procuradoria do Estado .....	186
4.3.5 As câmaras privadas de conciliação, mediação e arbitragem do Piauí .....	191
4.4 O ensino jurídico: uma análise da mediação nos principais cursos de Direito no Piauí.....	194
4.5 A cultura da judicialização e a litigância habitual .....	202
<b>5 Propostas para Melhoria na Implementação da Mediação.....</b>	<b>213</b>
5.1 Propostas de mudança estrutural e funcional.....	214
5.1.1 Criação de novos CEJUSCs e ampliação dos já existentes.....	215
5.1.2 Profissionalização da carreira de mediador judicial .....	219
5.1.3 Estímulo à mediação extrajudicial.....	227
5.2 Alterações no ensino jurídico.....	232
5.2.1 Inserção de uma disciplina específica de mediação na matriz curricular .....	233
5.2.2 Uso de metodologias ativas para o ensino da mediação .....	238
5.3 O processo de mudança de mentalidade .....	244
5.3.1 Divulgação e o incentivo à mediação .....	246

5.3.2 Formação de uma cultura pelo diálogo a partir das escolas.....	250
5.4 As ODR's e o legado da pandemia: as novas tecnologias a serviço do Judiciário .....	256
<b>Conclusão .....</b>	<b>271</b>
<b>Referências.....</b>	<b>279</b>

## **Anexos**

<b>Anexo 1 - Questionário sobre mediação de conflitos no Piauí .....</b>	<b>317</b>
<b>Anexo 2 - Respostas ao questionário .....</b>	<b>323</b>